



ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 12.402.255/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício de 2015.

1) A COMPANHIA

A ACTE é uma Companhia privada de capital fechado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade.
A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A ACTE foi adquirida pela SGBH em 1o de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A..

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 72,2
Tensão em kV: 230/138
Subestações: 1

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) RECEITA:

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 9.056.590, para o período de julho de 2015 a junho de 2016.

3.2) Desempenho econômico-financeiro:

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2015 e 2014 são:

	2015	2014
• Liquidez geral	1,91	1,93
• Liquidez corrente	3,12	0,20
• Relação patrimônio líquido/ativo	47,67%	48,52%
• Relação passivo não circulante/ativo	46,19%	6,49%
Ativos totais - R\$:	72.167.788	86.241.264

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e

gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar o impacto ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.673.044	88.101	Fornecedores - terceiros	8	142.472	912.253
Concessionárias e permissionárias	6	936.312	769.548	Financiamentos - terceiros	9	34.367.611	37.702.316
Adiantamento a fornecedores		-	556.336	Impostos e contribuições sociais	8	205.059	185.903
Impostos a recuperar		27.355	8.501	Taxas regulamentares	10	544.230	-
Depósitos vinculados		1.764.511	1.302.905			35.259.372	38.800.472
Ativo financeiro amortizável	7	9.192.437	5.108.469	Passivo não circulante			
Outros ativos circulantes		218.859	19.687	Impostos diferidos	11	2.509.364	5.598.294
		13.812.519	7.853.548			2.509.364	5.598.294
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Ativo financeiro amortizável	7	58.355.269	78.375.958	Capital social		51.943.446	47.899.863
Imobilizado		-	11.758	(17.544.394)		(6.057.365)	
		58.355.269	78.387.716		13	34.399.052	41.842.498
Total do ativo		72.167.788	86.241.264	Total do passivo e do patrimônio líquido		72.167.788	86.241.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Capital social	Lucro líquido (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	34.176.232	(10.586.525)	23.589.707
Lucro líquido do exercício	-	4.529.160	4.529.160
Integralização de capital	13.723.631	-	13.723.631
Saldo em 31 de dezembro de 2014	47.899.863	(6.057.365)	41.842.498
Aumento de capital	4.043.583	-	4.043.583
Prejuízo do exercício	-	(11.487.029)	(11.487.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	51.943.446	(17.544.394)	34.399.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 17 de agosto de 2010 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito específico e único de explorar, por meio de concessão, serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, operação e manutenção, incluindo os serviços de apoio e administrativo, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no valor de R\$18.446.853 (R\$ 30.946.924 em 2014), substancialmente em função da reclassificação da parcela de longo prazo do contrato junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), pelo não cumprimento de certas cláusulas restritivas "covenants", conforme descrito na nota explicativa às demonstrações financeiras 8. A Administração entende que tal situação será revertida ao longo da operação da Companhia e que o BNDES não exigirá o pagamento antecipado do referido financiamento. Adicionalmente o acionista controlador da Companhia possui habilidade e intenção de prover o suporte e recursos necessários à ACTE caso em aporte de capital se demonstre necessário.

1.1. Mudança na participação acionária: Em 1º de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia foi adquirida pelo valor de R\$ 22.456.319. Na avaliação do valor justo da Companhia pela controladora SGBH foi efetuado um ajuste de R\$ 20.268.911 no ativo financeiro amortizável. **1.2. Da concessão:** No dia 22 de dezembro de 2010 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 016/2010, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão no Estado do Pará: (i) pela linha de transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 79 km, origem na Subestação Integradora e término na Subestação Xinguara; Subestação Xinguara em 230/138 kv - 150 MVA; Subestação Carajás em 230/138 kv - 2 x 100 MVA; e (ii) entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. (iii) A entrada em operação da Companhia ocorreu nos meses de agosto e outubro de 2013, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). **1.3. Receita anual permitida (RAP):** A RAP será revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado a partir de julho de 2011 levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$6.420.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original. Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em aproximadamente R\$8.349.170 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015. Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$9.056.590,08 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. Com base nessas normas não identificamos ajustes a serem efetuados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2016. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e

premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo financeiro amortizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.6. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.7. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico,

	2015	2014
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(11.487.029)	4.529.160
Resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	(11.487.029)	4.529.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	(13.746.358)	4.217.665
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	2.699.689	2.139.290
Depreciação	13.222	3.431
Perda por redução do valor recuperável	20.268.911	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Aumento) redução nos ativos operacionais	13.274	-
Concessionárias e permissionárias	(180.038)	(350.500)
Ativo financeiro amortizável	(4.332.190)	(3.009.650)
Impostos a recuperar	(18.854)	(423.333)
Depósitos vinculados	(461.606)	(1.302.995)
Adiantamentos a fornecedores	556.336	(19.003)
Outros ativos	(267.982)	27.291
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(769.782)	(1.998.150)
Tributos e contribuições sociais	(554.786)	297.230
Impostos pagos	(255.659)	(299.110)
Juros pagos	(2.512.950)	(1.985.010)
Taxas regulamentares	544.230	-
Outros passivos	-	(453.050)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	995.458	(2.532.904)
Atividades de investimento:		
Venda/aquisição de imobilizado e intangível	(1.464)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(1.464)	-
Atividades de financiamento:		
Aumento de capital social	4.043.583	5.211.000
Captação de empréstimos	-	1.000.000
Financiamentos pagos	(3.432.634)	(3.785.000)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	610.948	2.346.000
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.604.943	(106.904)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	68.101	175.005
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.673.044	68.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.9. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.10. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.11. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **Receita de operação e manutenção:** A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **3.12. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos financeiros não**



ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 12.402.255/0001-60

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

derivativos: Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável. O saldo e caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos: Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa	-	93
Bancos	1.653.044	68.008
Aplicações financeiras	20.000	20.000
	1.673.044	88.101

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2015	2014
A vencer	916.619	770.000
Vencidas até 30 dias	2.223	-
Vencidas até 60 dias	1.257	-
Vencidas até 90 dias	7.500	-
Vencidas há mais de 90 dias	21.987	-
	949.586	770.000
(-)	(13.274)	(452)
	936.312	769.548

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD.

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Adições	(13.274)	(452)
Saldo em 31 de dezembro	(13.274)	(452)

7. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL

	2015	2014
Circulante	9.192.437	5.108.469
Não circulante	58.355.269	78.375.958
	67.547.706	83.484.427

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

8. FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venci-mento	Garan-tias	Encargos	2015	2014
BNDDES - Subcrédito A	07/2013	06/2027	(i)	TJLP + 2,42% a.a.	26.025.063	28.185.375
BNDDES - Subcrédito B	07/2013	12/2022	(i)	2,5% a.a.	8.229.402	9.394.715
BNDDES - Subcrédito C	(ii)	04/2013	06/2027	(i)	TJLP	113.146
					34.367.611	37.702.316

(i) Segue relação das garantias do contrato: • Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão. • Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDDES, da totalidade das ações da Companhia. • Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **(ii)** Atendendo à exigência do subcrédito C do contrato de financiamento do BNDDES, o valor de R\$ 120.000 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de

empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de aquisição e posterior doação à Prefeitura do Município de Xinguara, Estado do Pará, de uma viatura Tipo Van adaptada para cadeirantes, para viabilizar o transporte de pacientes do município. **b) Covenants:** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não manteve o montante total exigido em conta reserva e também não vem cumprindo certas cláusulas restritivas "covenants". De acordo com o contrato de financiamento com o BNDES é necessário manter um saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do financiamento com o BNDES como conta reserva. Esta reserva deve ser constituída do principal, encargos e acessórios em caso de atendimento dos índices de desempenhos (ICSD e Índice de Capital Próprio) mínimos apresentados no contrato. Em caso de não atendimento dos indicadores a Companhia deverá manter um total de 6 prestações mensais em conta reserva. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia não está adimplente com parte das cláusulas restritivas "covenants", anteriormente mencionadas. Dessa forma, o saldo de financiamentos foi totalmente reclassificado para o circulante.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2015	2014
IR	41.794	34.908
CSLL	25.809	21.842
PIS	9.756	9.474
COFINS	47.989	43.728
Outros	79.711	75.951
	205.059	185.903

10. TAXAS REGULAMENTARES

	2015	2014
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	396.603	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	2.459	-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	145.168	-
	544.230	-

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantêm a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela ANEEL. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2015	2014
Impostos diferidos passivos	2.509.364	5.598.294
	2.509.364	5.598.294

Os saldos são referentes a PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía saldos de contas a pagar no montante de R\$ 7.477 mil junto a parte relacionada LTE Energia e Construções Ltda., decorrentes da prestação de serviços de construção da linha de transmissão, que foram transferidos para a acionista CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. (CME) mediante instrumento particular de cessão de crédito e utilizados para aumento o capital social, mediante subscrição de 7.477 ações ordinárias e nominativas ao preço de R\$ 1,00 cada. Em 8 de outubro de 2014 foram subscritas 6.247 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$ 1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista CME através de integralização de saldo de adiantamento para futuro aumento de capital. O capital social, em 31 de dezembro de 2014, subscrito e integralizado era de R\$ 47.899.863, representado por 47.899.863 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país. A composição acionária está demonstrada a seguir: Em 19 de fevereiro de 2015 foram subscritas 1.043.583 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$ 1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista CME. Em 17 de dezembro de 2015 foram subscritas 3.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$ 1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. O capital social, em 31 de dezembro de 2015, subscrito e integralizado é de R\$ 51.943.446, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país. A composição acionária está demonstrada a seguir:

Composição acionária	2015	2014
CME	-	99,99%
Tecneira Nova Geração Brasil Ltda.	-	0,01%
SGBH	100%	-

b) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia não destinou dividendos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 visto que absorveu prejuízos acumulados do exercício.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita operacional bruta	13.412.018	12.147.792
Receita de operação e manutenção	1.860.430	2.648.557
Remuneração dos ativos financeiros	11.551.588	9.499.235
Deduções da receita operacional	(474.745)	(441.366)
PIS	48.347	(76.469)
COFINS	193.327	(355.548)
RGR	(504.659)	-
P&D	(191.196)	-
TFSEE	(19.023)	-
Outros	(1.541)	(9.349)
	12.937.273	11.706.426

15. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2015	2014
Material	(10.186)	(193.192)
Serviços de terceiros	(317.263)	(964.191)
Seguros	(73.338)	(58.372)
Custo de operação e manutenção	(1.168.549)	(1.277.708)
Outras	(152.153)	(141.815)
	(1.721.489)	(2.635.278)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receita financeira	583	2.914
Outras receitas financeiras	583	1.905
Variações cambiais ativas	-	1.009
Despesa financeira	(4.053.179)	(3.650.898)
Variações monetárias passivas	(274.858)	(588)
Juros sobre financiamentos	(2.413.784)	(3.627.620)
Outras despesas financeiras	(1.364.537)	(22.690)
	(4.052.596)	(3.647.984)

17. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2015	2014
Receitas brutas (i)	9.079.827	8.685.308
Base de cálculo (8%)	726.386	694.825
Base de cálculo	726.386	694.825
IR devido	(157.597)	(149.706)
(+) IR diferido	1.604.673	(32.292)
Total de IRPJ	1.447.076	(181.998)
	2015	2014
Receitas brutas (i)	9.079.827	8.685.308
Base de cálculo (12%)	1.089.579	1.042.237
Base de cálculo	1.089.579	1.042.237
CSLL devida	(98.062)	(93.801)
(+) CSLL diferido	910.315	(35.696)
Total de CSLL	812.253	(129.497)
	2.259.329	(311.495)

Para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social (IR/CS) de acordo com o lucro presumido, apenas a receita operacional (originária da conta de concessionárias e permissionárias) é utilizada na apuração. Na nota explicativa 14 o saldo da receita apresenta ajustes decorrentes da adoção do ICPC 01(R1), estes que não foram considerados base para o IR/CS.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não registrava investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.673.044	88.101
Depósitos vinculados		1.764.511	1.302.905
Concessionárias e permissionárias	6	936.312	769.548
Ativo financeiro amortizável	7	67.547.706	83.484.427
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Adiantamentos a fornecedores		-	556.336
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Financiamentos - terceiros	8	34.367.611	37.702.316
Fornecedores - terceiros		142.472	912.253

19. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a) Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b) Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **c) Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d) Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **e) Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente

Marcos Freitas de Souza - Diretor

Aldeia Giorgia Werneck - Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.** Rio de Janeiro - RJ
Examinamos as demonstrações financeiras da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, datado de 06 de março de 2015, sem qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4